

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alessandro Mendes dos Santos

**A dimensão estratégica da agenda de política externa dos Estados Unidos durante a
Guerra Fria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Augusto Leal Rinaldi.

SÃO PAULO

2023

RESUMO

Mendes. A. **A dimensão estratégica da agenda de política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.**

Introdução: O artigo a seguir pretende apresentar o tema, a revisão de literatura, o objetivo e a metodologia de estudo, cujo objetivo é tecer uma análise sobre quais foram as prioridades, e qual seria a doutrina (se há uma ou mais) de engajamento estratégico adotada na ação dos EUA frente a URSS durante a Guerra Fria. Na qual os Estados Unidos da América disputaram com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas o posto de líder nessa nova ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial; porém ambos enfrentariam o dilema da dissuasão nuclear.

Sob um olhar ocidental buscaremos entender quais foram as prioridades e visões estratégicas (no que se diz respeito a sua política externa) dos EUA nesse período.

Palavras-Chave: Contenção; EUA; Doutrina; Diretriz; Guerra Fria.

ABSTRACT

Mendes. A. **The Strategic Dimension of the U.S. Foreign Policy Agenda During the Cold War.**

Introduction: The following article intends to present the theme, the literature review, the objective and the methodology of the study, whose objective is to make an analysis of what were the priorities, and what would be the doctrine (if there is one or more) of strategic engagement adopted in the US action against the USSR during the Cold War. In which the United States of America vied with the Union of Soviet Socialist Republics for the position of leader in this new post-World War II international order; But both would face the dilemma of nuclear deterrence.

From a Western perspective we will seek to understand what were the priorities and strategicvisions (with regard to its foreign policy) of the US in this period.

Keywords: Containment; USA; Doctrine; Guideline; Cold war.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. RAÍZES DA POLÍTICA-EXTERNA ESTADUNIDENSE	5
3. KENNAN: A CONTENÇÃO	6
4. LINHA DO TEMPO NO CERNE DA AGENDA POLÍTICA E SEUS ARRANJOS	10
5. CONTROVÉRSIAS DA POLÍTICA DE CONTENÇÃO.....	16
6. PANORAMA GERAL E O FIM DA GUERRA FRIA.....	20
7. INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: MÉTODOS DE ANÁLISE	24
8. CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

Perante um contexto novo na história, os Estados Unidos (EUA) tiveram de inovar em suas ações, não tanto mais pelo lado do enfrentamento (como antes), mas sim com estratégias de contenção, fundadas em indução, influência, busca por coligações, dentre outros. Destarte, durante o trabalho delinearemos a estratégia, tal qual, com seus pretextos, conseguiremos verificar o sucesso, ou não, dessa agenda política.

A finalidade da realização deste trabalho é desvendar a doutrina da política externa americana durante a agenda organizacional da Guerra Fria; pormenores, tentar compreender quais ferramentas metodológicas explicam o porquê e como eles desenvolveram essa política de contenção.

Sendo assim, com o objeto estando delimitado, pode-se abordar com mais clareza os estudos e artigos reunidos até então para maior compreensão do assunto; desvendando essa doutrina por meio de Kennan, Pecequillo, Hobsbawm, Kissinger, dentre outros. Porquanto, para compreensão de tal viés pragmático no desenvolvimento da política externa, me respaldarei em Nye, no próprio Kissinger, e em outros mais.

Amparado por tais análises, ponderando também diferentes e outras possíveis possibilidades de ação poderemos chegar a uma conclusão que mostre se tal estratégia foi bem-sucedida.

A política de contenção foi uma teoria extraordinária - prática e idealista, profunda em sua estimativa das motivações soviéticas, e curiosamente abstrata nas recomendações. Totalmente americana, em seu caráter utópico, presumia que o colapso do adversário totalitário poderia ser obtido de maneira essencialmente benigna. Formulada no auge do poder absoluto americano, proclamava a fraqueza relativa da América. Prevendo um magnífico encontro diplomático em seu momento culminante, a política de contenção não previa espaço para diplomacia até esse clímax, quando os homens de chapéu branco aceitariam a conversão dos homens de chapéu preto (KISSINGER, 2012, p. 429).

2. RAÍZES DA POLÍTICA-EXTERNA ESTADUNIDENSE

Pode se dizer que os Estados Unidos da América (EUA), desde o início de sua República, viram-se como um país especial, ilustre diante dos demais (PECEQUILO, 2003). Destarte, a visão não era de conquista e anexação territorial (como com seus antecessores europeus), mas sim de controle, de ordem para o sistema internacional “a ser construída e administrada pelos Estados Unidos, que foi, primeiro, apresentada por Woodrow Wilson em 1918 e que atingiu seu auge a partir de 1945” (PECEQUILO, 2003, p. 124).

Baseados no *modus operandi* adquirido durante o tempo (busca de controle e ordem para o sistema internacional), os EUA, sustentavam suas raízes em uma visão de mundo sustentada pela democracia e pela liberdade, numa visão pragmática do mundo. Sendo assim, essas visões viriam por induzir as justificativas que seriam sobrepostas em suas diferentes frentes de implementação estratégica, que compreenderiam as fases da política externa norte-americana.

Tais estratégias, ativismo, e uma busca por liderança global, estavam após a Segunda Guerra Mundial, colocadas ainda mais como prioridades na nova ordem mundial que se formava; e tais prioridades “do padrão histórico mantiveram-se como fundamentais na elaboração da agenda externa, evoluindo em duas novas direções: a construção da ordem e a contenção” (PECEQUILO, 2003, p. 125).

O mundo era bipolar, e duas esferas de influência dividiam-no: o bloco socialista e o bloco capitalista, cada qual buscando influenciar outras áreas pelo globo. Período esse de máxima tensão, primeira fase da Guerra Fria (1945-1953), conhecido pela terminologia: “Guerra Quente” (SMITH, 2003). A prerrogativa política, militar, estratégica e econômica, perante as suas potências antagônicas históricas Alemanha, França e Inglaterra eram extremas; sendo que os EUA se beneficiavam simultaneamente, do declínio de seus adversários, e por sua própria ascensão (PECEQUILO, 2003). Portanto, a busca era por um cenário que propiciasse a diligência e difusão dos interesses estadunidenses, dentro desse presumível novo sistema internacional.

Sendo assim, por uma década e meia após a Segunda Guerra Mundial, na busca por lograr tais interesses, os EUA buscaram coalizões que o ajudassem a implementar uma rede mundial de relacionamento, usando o pretexto de que tal agrupamento de forças era necessário

para ir de encontro com a ameaça de agressão intrínseca perante a tensão nuclear (KISSINGER, 1969).

No sistema de coalisão desenvolvido pelos Estados Unidos depois da II Guerra Mundial, estas condições nunca foram encontradas fora da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Na Organização do Tratado do Sudoeste da Ásia (SEATO) e na Organização do Tratado Central (CENTO), a que pertencemos apenas nominalmente, não houve acordo com relação ao perigo (KISSINGER, 1969, p. 68).

Assim, chegamos na seguinte pergunta: Qual diretriz estratégica os EUA adotaram pretendendo esse cenário, ao mesmo tempo que procuravam se sustentar defronte a URSS ao longo da Guerra Fria?

Nesse contexto, fundamentados nos seus padrões históricos, os EUA começaram a elaborar uma política externa assentada nos pilares de ordem e contenção, visando um ambiente que fosse favorável à expansão norte-americana.

O início da análise das diretrizes estratégicas dos EUA, na Guerra Fria, pode ser assimilado pelas teses de contenção de George Kennan, nas quais fica claro esse esboço projetual e doutrina; objeto de análise nesse documento, e que indica os primórdios dessa nova fase conjectural para a política contencionista americana.

3. KENNAN: A CONTENÇÃO

Posto isso, retomemos a história, com os métodos aqui dispostos a atingir tal objetivo. Voltemos até 22 de fevereiro de 1946, quando um diplomata americano envia um telegrama de oito mil palavras de Moscou a Washington, o qual demonstrava sua revolta com a política de seu atual presidente, Franklin Roosevelt (1933-1945). Nele, George Kennan considerava ingênuas as concessões feitas pelos EUA à URSS durante a Conferência de Yalta em 1945. Kennan acreditava serem problemáticas diversas destas, a divisão da Alemanha (por zonas de ocupação controladas pelos aliados) por exemplo. Ele acreditava também, que as concessões feitas à URSS em relação à Europa Oriental, e a abertura para a influência soviética na mesma, não somente era um grande equívoco, como também enfraqueceram o engajamento com a proteção dos princípios democráticos e direitos humanos. Kennan vislumbrava que o momento de colaboração entre as potências teria terminado com o fim da Segunda Guerra Mundial, e que um espaço para expansão soviética era uma grande ameaça aos EUA tal qual aos seus respectivos valores.

Kennan explana suas ideias e métodos, que visavam a contenção da URSS, apresentando uma maneira para superar a estratégia soviética. O próprio diz que esta seria: “uma política firme de contenção, opondo aos russos uma contraforça inarredável, em cada local onde deem sinais de passar dos limites, prejudicando um mundo estável e pacífico” (KENNAN, 1969, p. 581).

Longo telegrama, inicialmente publicado anonimamente em 1947 na revista *Foreign Affairs* (popularmente conhecido como Artigo X), o documento seria designado, daí em diante, "por mais de uma geração, a bíblia da política de contenção" (KISSINGER, 2012, p. 412); trouxe as estratégias que viriam a criar a Doutrina Truman, marco esse explicado por Kissinger em seu livro “Diplomacia”:

A Doutrina de Truman foi um marco, pois quando os Estados Unidos chamaram a União Soviética para um duelo moral, o tipo de *Realpolitik* que Stalin compreendia se esgotou, e concessões recíprocas ficaram inviáveis. Daí em diante, o conflito só se resolveria pela mudança dos objetivos soviéticos, pelo colapso do sistema soviético, ou por ambos (KISSINGER, 2012, p. 411).

Doutrina essa que seria posteriormente aprofundada no Plano Marshall (1947), que tinha em vista a recuperação de uma Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial, e evidenciava o interesse americano em proteger as economias capitalistas europeias numa eventual tentação que tivessem em aderir ao modelo socialista soviético. Kissinger diz: “Os americanos viram que era preciso resistir à expansão soviética. Mas, por tradição, tentaram justificar essa resistência por qualquer outro argumento que não o tradicional equilíbrio de poder” (KISSINGER, 2012, p. 406).

A primeira seção dessa nova política externa americana foi justificada pelo antagonismo claro entre os sistemas econômico-sociais das potências, já que os EUA se estruturavam a partir do sistema capitalista neoliberal que valorizava a liberdade e o individualismo, enquanto a União Soviética, do socialismo, que valorizava a igualdade e o coletivo.

A “sensação de que um Estado constantemente ameaçava o outro” (HOBBSBAM, 1999, p. 230) consentia aos EUA admitir/tomar para si uma política individualista pragmática, sem deixar de se propor a regência e liderança, pilares norte-americanos; e contencionista, sem deixar de se propor ao jogo de poder político contra os soviéticos com a propagação de estereótipos, especulação de mensagens e sinais frente a espionagem, e posições políticas em geral). A anarquia do sistema internacional dava aos EUA, o benefício/álibi de portar uma

ideologia anticomunista. “Se alguém introduziu o caráter de cruzada na *Realpolitik* de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington” (HOBSBAWM, 1999, p. 234).

Sendo assim, os Estados Unidos, por meio das promoções de democracia e liberalismo econômico empregou uma política que buscava a invalidação dos preceitos bolcheviques. A partir do ano de 1946, prevendo avanço nas regiões do Oriente Médio e consolidando poder na Europa Oriental, os EUA decidem introduzir os discursos de separação ideológica em sua agenda política. A expressão “Cortina de Ferro”, dita pela primeira vez por Winston Churchill (ex-primeiro-ministro britânico), evidencia os reflexos dessa política de distanciamento dos EUA para com a URSS e a própria busca por áreas de influência na Europa que se assentassem ao respectivo bloco com suas doutrinas e ideologias, também demonstra tal distanciamento.

A estratégia era que quanto mais zonas de influência, melhor. Porém o pós-guerra apresentava grande margem de manobra aos soviéticos. Como qualquer democracia, a americana possuía limites de projeção de seu poder no exterior (PECEQUILO, 2003), e as demandas do pós-guerra fizeram com que os EUA sofressem inúmeras pressões para que país promovesse políticas de desmobilização de suas forças, “agindo somente no sentido de perseguir seus interesses políticos e econômicos independentemente. Como sempre o haviam feito” (PECEQUILO, 2003, p. 140).

Faltavam duas condições fundamentais para contar com o apoio público (e mesmo político) interno: a percepção da importância de exercer influência e a disposição para cumprir as necessidades materiais desse exercício de poder. A Doutrina Truman via a atingir essas condições e a fornecer as bases para a política externa norte-americana durante toda a Guerra Fria (PECEQUILO, 2003, p. 140).

A Doutrina Truman, que buscava impedir a expansão socialista, foi quem forneceu as motivações e razões basilares aos EUA na busca por uma política externa engajada. Os interesses e propósitos dos americanos poderiam agora ser colocados em prática. Uma das primeiras diligências da doutrina, por meio do Plano Marshall, foi o oferecimento de ajuda financeira através dos empréstimos, para a reconstrução dos países europeus destruídos pela guerra.

Todavia, a política de contenção também teria seus reveses; secretário de estado dos EUA, e assessor do presidente Nixon para assuntos de segurança, Henry A. Kissinger diz: “Um resultado da política de contenção foi que os Estados Unidos se relegaram a uma diplomacia essencialmente passiva durante o período de seu maior poder” (KISSINGER, 2012, p. 470).

No entanto, uma posição mais agressiva por parte dos americanos poderia ter levado a um novo conflito, algo fora da disposição pública no período; e Kissinger reconhece isso, já

que uma postura agressiva iria contra a própria tradição americana de política externa de justificar em termos morais (PECEQUILO, 2003). A Guerra do Vietnã (1955-1975) ilustra bem tal afirmação, refletindo os arranjos sociais da época, visto que os norte-americanos foram duramente criticados, numa ofensiva que foi repleta de desconfiança e impopularidade.

Em um século, nenhuma guerra já despertou tantas emoções como o conflito do Vietnã. Transformando-o em símbolo de profundos rancores, muitos grupos têm derrubado os objetivos que diziam almejar. Como quer que tenhamos entrado no Vietnã, sejam quais forem os julgamentos de nossas ações, terminar a guerra honradamente é essencial para a paz do mundo. (KISSINGER, 1969, p. 135)

Portanto, os EUA não poderiam mais impor suas soluções preferidas, mas sim deveriam evocá-las, inspirá-las numa tarefa que pedia uma espécie distinta de criatividade e uma outra forma de paciência, díspar da demonstrada no passado (KISSINGER, 1969).

Kissinger diz:

Nos anos futuros, o desafio mais profundo à política americana será essencialmente filosófico: desenvolver alguns conceitos de ordem num mundo que é militarmente bipolar e politicamente multipolar. Um aprofundamento filosófico, porém, não tão fácil para aqueles acostumados às tradições americanas de política externa (KISSINGER, 1969, p. 81).

Com a contenção, os EUA buscariam tomar para si o papel de responsabilidade protetiva internacional, pois segundo estes, só eles eram capazes de responder à altura o Kremlin (metonímia que se refere ao governo da URSS).

Isto não quer dizer que nosso objetivo seja transferir as instituições americanas para as novas nações – menos ainda que devemos impor isso. Não devíamos tampouco definir o problema como meio de evitar o comunismo. Nossa finalidade deveria ser a formação de um acordo moral que possa tornar o mundo pluralístico mais criativo do que destrutivo. (KISSINGER, 1969, p. 86).

Em uma resposta proporcional ao Plano Marshall, em setembro de 1947, a “*Kominform*” é criada pelos soviéticos, o que nos evidencia bipolaridade e o jogo de espelhos da época. Já no contexto de busca pelas respectivas influências, o tratado sino-soviético acontece, e os EUA em razão disso, acabam por liderar um movimento na ONU (1949), não reconhecendo a nova República Popular da China de Mao Tsé-Tung. Mesmo ano em que os EUA perdem seu monopólio atômico, trazendo, por conseguinte, o dilema da dissuasão nuclear; dando fim assim, para a primeira das quatro fases da Guerra fria

4. LINHA DO TEMPO NO CERNE DA AGENDA POLÍTICA E SEUS ARRANJOS

Portanto, a política de contenção teria sido criada para conter a expansão do comunismo e da influência soviética no mundo; debruçada sobre a crença de que o comunismo era uma ameaça à liberdade e à democracia. Não existiam formas de negociação, e os Estados Unidos não deveriam se culpar pela austeridade soviética, visto que, na visão de Kennan "as fontes da política externa soviética brotavam nas profundezas do próprio sistema soviético" (KISSINGER, 2012, p. 406).

A essência da política externa soviética "era uma amálgama do fervor ideológico comunista com o velho expansionismo czarista" (KISSINGER, 2012, p. 406). Sendo assim, não existia mal-entendido ou falha de comunicação, o atrito entre Moscou e Washington era intrínseco à interpretação de mundo da União Soviética (KISSINGER, 2012).

Os EUA deveriam se preparar para uma longa batalha, pois "as metas e as filosofias dos Estados Unidos e da União Soviética eram irreconciliáveis" (KISSINGER, 2012, p. 407); e assim, a política de contenção viria a se tornar o princípio mestre da política americana quarenta anos seguintes.

Os Estados Unidos, declarou, não buscaram obter nem territórios nem bases, "nada que pertença a outra potência". A política externa americana, reflexo dos valores morais da nação, "baseava-se solidamente aos princípios fundamentais da integridade e da justiça", e na recusa em "ceder ao mal" (KISSINGER, 2012, p. 395).

Com o pretexto de o comunismo ser uma ideologia perigosa e repressiva, a contenção, perante a expansão e influência soviética, seria valiosa no que se referia a garantia da segurança e estabilidade internacional. Para isso, a agenda foi definida inicialmente em diplomacia, propaganda, alianças e ajuda econômica e, posteriormente, em intervenções militares.

Clifford rejeitou qualquer semelhança entre a política de contenção que surgia e a diplomacia tradicional. Em sua opinião, o conflito soviético-americano não adivinha de interesses nacionais conflitantes - os quais, por definição, poderiam ser negociados - mas de falhas morais da liderança soviética. Assim, a meta da política americana não era restaurar o equilíbrio de poder, mas transformar a sociedade soviética (KISSINGER, 2012, p. 409).

Nessa defesa da democracia, inicialmente o objetivo americano (concebido por Kennan) parecia simples: manter o *status quo* e esperar a URSS semear a sua própria decadência; e foi assim, até certo ponto. Destarte surgiriam algumas alianças militares, como a OTAN

(Organização do Tratado do Atlântico Norte), e a Organização do Tratado do Sudoeste Asiático (SEATO).

Criada em 1949, por estímulo ao golpe comunista na Tchecoslováquia em fevereiro de 1948, e a partir de um movimento coordenado pelos EUA, a OTAN reunia os países do bloco capitalista num pacto de resguardo e amparo militar em caso de ataques de algum país do bloco socialista. Tentando garantir segurança - ao mesmo tempo que influência - sobre os países pertencentes à organização, os EUA causaram, quase que indiretamente, um desvio sem precedentes em sua própria política externa.

Forças americanas, juntamente com canadenses uniram-se aos exércitos da Europa Ocidental sob um comando internacional. O resultado foi um confronto entre duas alianças militares e duas esferas de influência ao longo de toda a extensão da linha divisória, na Europa Central" (KISSINGER, 2012, p. 415).

O discurso trazia consigo os ideais americanos, visto que o diagnóstico "concluía que o Tratado do Atlântico Norte não é contra ninguém; é unicamente contra a agressão. Não visa modificar um 'equilíbrio de poder', antes quer fortalecer o 'equilíbrio de princípios'" (KISSINGER, 2012, p. 416).

"Por três anos, a política de contenção funcionou como previsto. A Aliança Atlântica era a proteção militar contra a expansão soviética, enquanto o Plano Marshall fortalecia a Europa Ocidental econômica e socialmente" (KISSINGER, 2012, p. 431).

O enunciado da Organização, como um todo, lograva inteiramente aos planos estadunidenses, e essa manifestação nem precisava (em termos do próprio Kissinger), dar "nome aos bois" (KISSINGER, 2012, p. 416), visto que a URSS era o único agressor potencial na Europa. Sendo uma reprodução, se não, quase que exata da política externa dos EUA naquele momento. Portanto, a insistência continuava a ser de que os EUA defendiam "princípios e não territórios" (KISSINGER, 2012, p. 416).

"Em certo sentido, o papel da Aliança Atlântica era agir até o Conselho de Segurança da ONU "tomar as medidas necessárias para restaurar a paz e a segurança"" (KISSINGER, 2012, p. 418).

Entretanto, se ainda hoje existem diversos acadêmicos que têm uma visão crítica perante política de contenção, na época não foi diferente. Muitos acreditavam que a teoria da contenção era especulativa demais para ser usada como alicerce da política americana (KISSINGER, 2012). Churchill em um discurso em Llandudno (País de Gales), em 1949 trouxe um desses

argumentos: "Se as coisas queimam desse jeito com madeira verde, imaginam com madeira seca (...) Ninguém com algum juízo pode achar que temos tempo de sobra" (BOWKER, 1974, p. 7710). A possibilidade que a União Soviética possuísse a bomba nuclear, levantou o dilema da contenção.

A desconfiança era grande, muitos acreditavam que mesmo que a política de contenção conseguisse dar fim a sociedade soviética, isso demoraria muito tempo e demandaria muito dinheiro (KISSINGER, 2012).

À medida que, lentamente, a política de contenção tomava forma, vieram as críticas de três diferentes escolas de pensamento. A primeira partiu dos "realistas", exemplificados em Walter Lippmann, argumentando que a política de contenção conduzia ao esgarçamento psicológico e geopolítico e drenava os recursos americanos. O porta-voz da segunda escola de pensamento foi Winston Churchill, que se opunha ao adiamento das negociações até depois que se alcançassem as posições de força. Para Churchill a posição do Ocidente jamais seria, novamente, tão forte quanto no início do que veio a ser a Guerra Fria, e que sua posição relativa de negociação só poderia, então, piorar. Finalmente, Henry Wallace, que antes de mais nada negava aos Estados Unidos o direito moral de aplicar a política de contenção. (KISSINGER, 2012, p. 421).

Este último, Henry Wallace afirmava equivalência moral entre os EUA e a URSS; a esfera de influência soviética seria legítima e que os EUA apenas aumentavam a tensão (KISSINGER, 2012). Ele acreditava na mesma política de Roosevelt, de que a Guerra Fria deveria acabar por uma decisão unilateral (KISSINGER, 2012).

Porquanto, a 'falta de urgência', e outras objeções; estavam mais do que na figura da escola realista de Lippman, ou no pensamento de equilíbrio de poder de Churchill; mas sim nas raízes e tradições profundas do pensamento radical americano (KISSINGER, 2012). Mas uma coisa era clara: "os comunistas não esperariam passivamente a desintegração do próprio regime" (KISSINGER, 2012, p. 431), a teoria da contenção teria de se adaptar.

E assim aconteceu, quando em 1950 ante a agressão militar, a Coreia se dividia com os comunistas acreditando que os EUA não tomariam partido, em base de que o país estava fora do perímetro americano de defesa. Eles acreditavam que os americanos não iriam se opor a tomada comunista, mas não se atentaram ao discurso já pontuado pelos EUA: o bem contra o mal.

Mesmo com a política americana do pós-guerra não contemplando tal ação, para o presidente Truman (e de acordo com os discursos do período); a obrigação moral estava acima da análise-estratégica geopolítica. Assim, de um duplo mal-entendido nascia a Guerra da Coreia.

os comunistas, avaliando a região em termos de interesses americanos, não acharam plausível haver resistência na ponta de uma península, quando se concedera quase toda a Ásia aos comunistas; os Estados Unidos, analisando em termos de princípios, deram menos importância ao valor geopolítico da Coreia - publicamente desprezado pelos estrategistas americanos - que ao simbolismo de se deixar sem oposição a agressão comunista (KISSINGER, 2012, p. 433).

O comunismo expansionista era uma ameaça, mas o discurso embaixador da guerra (por parte dos EUA), era o de liberdade versus ditadura. Truman também disse que iria a Guerra cumprindo ordens do conselho de segurança (TRUMAN, 1950), eles estariam revidando um ataque ao mundo livre.

"Embora tivesse fortes argumentos geopolíticos a favor da intervenção na Coreia, Truman apelou ao povo americano com base nos valores essenciais, tornando a intervenção uma defesa de princípios universais, não dos interesses americanos" (KISSINGER, 2012, p. 435).

Porém, a incursão americana era de fato limitada, no que se refere ao tom da agressão por conta da análise de riscos (guerra geral contra a China, risco de terceira guerra mundial, intervenção soviética e efeitos sobre a condição da coalizão do mundo livre (MacArthur, 1951).

Os Estados Unidos não poderiam vencer, mas não poderiam também se dar ao luxo de perder (KISSINGER, 2012); a opção parecia ser de fato o empate. O que agregava ao fato de que a União Soviética também queria evitar uma guerra geral contra os EUA, então a ação de Stalin na Coreia ficou voltada ao feitiço indireto. O desfecho era ameaçador de mais para ambas as partes.

Esses aspectos da política de contenção impuseram carga demais ao povo americano, ao qual coube suportar baixas elevadas, enquanto os estadistas tentavam navegar na maré da partida das passagens, entre revidar a agressão e evitar uma guerra geral - sem jamais dar a estes termos um significado operacional (KISSINGER, 2012, p. 446).

Graças a isso surgiram inúmeras frustrações, e começaram-se as buscas por bodes expiatórios (KISSINGER, 2012), efeito consciente ou inconsciente de um dos pilares da política de contenção: a propaganda. Nesse cenário encontramos o demagogo senador Joseph

McCarthy, que viria a ser conhecido como 'caçador de comunistas', perseguindo supostos adeptos ao comunismo, abusando do direito individual, e criando o movimento chamado de Macarthismo. Caça às Bruxas essa, que acusou diversas pessoas de terem ligação com o Partido Comunista (muito das vezes operando apenas por conjecturas), na qual os artistas suspeitos de serem comunistas foram expulsos dos EUA (como Charles Chaplin), e diversos outros foram julgados, por terem apoiado a criação do 'Eixo Aliado' (União Soviética e Estados Unidos) durante a Segunda Guerra Mundial.

Nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, Os Estados Unidos tomaram a si a criação de uma nova ordem internacional (...) Reabilitaram a Europa, reergueram o Japão, impediram a expansão comunista na Grécia, na Turquia, em Berlim e na Coreia, entraram em suas primeiras alianças de tempo de paz e lançaram um programa de assistência técnica ao mundo em desenvolvimento. Países sob o guarda-chuva americano gozavam de paz, prosperidade e estabilidade (KISSINGER, 2012, p. 573).

Contudo viria a Guerra do Vietnã, um dos conflitos mais sangrentos da história dos EUA; no qual as convicções morais americanas entrariam em conflito.

Com o mesmo pretexto de conter a expansão comunista, os EUA intervieram diretamente no conflito em 1964 (conflito esse que iniciou em 1959) tentando impedir que o Vietnã do Norte conquistasse o Vietnã do Sul, e esse seria o novo principal *front* da luta contra o comunismo no mundo. Porém, a estratégia de contenção acabou sendo um fracasso, gerando inúmeras controvérsias por vários motivos, incluindo: motivos de guerra, números de mortes, uso de táticas brutais e divisões sociais.

Os cidadãos americanos se dividiram, pois muitos não entendiam qual o motivo do governo americano interferir num conflito que não parecia ameaçar os diretamente interesses nacionais. O número expressivo de baixas (tanto americanas quanto vietnamitas) aliado as táticas brutais (como o Agente Laranja) apenas corroboraram para inúmeros protestos.

A opinião pública internacional repreendeu, e muitos questionavam se, além de todo sofrimento que essas novas armas geravam, o preço que estava sendo pago em vidas humanas valia a pena; o clima de tensão foi às alturas.

A natureza excepcional moral da política externa americana caiu em desilusão pública, e o Vietnã acabou obrigando aos americanos reconhecerem seus próprios limites.

Durante a maior parte da sua história, o excepcionalismo americano proclamara uma superioridade moral que era sustentada pela abundância material da nação. Mas no

Vietnã, os Estados Unidos entraram numa guerra que se tornou moralmente ambígua e na qual a superioridade material americana foi, em boa parte, inútil (KISSINGER, 2012, p. 651).

Portanto, querendo manter a posição dos Estados Unidos perante ao mundo, Richard Nixon anuncia acordo e retira suas tropas do Vietnã (janeiro de 1973), encaminhando assim o conflito que terminaria em 1975 com a unificação do Vietnã sob o domínio comunista. Ocasão essa que ficaria considerada como a primeira derrota militar dos Estados Unidos na história.

"A vantagem nuclear dos EUA estava sendo reduzida, e a supremacia econômica desafiada pelo crescimento dinâmico da Europa e do Japão" (KISSINGER, 2012, p. 653). Após a extração americana do Vietnã era a hora de reavaliar as posições americanas.

O presidente pareceu ser a pessoa certa para isso. Especialista em geopolítica, Nixon não seria somente o presidente que renunciaria, mas também seria o presidente que diferente de seus antecessores, acreditava na flexibilização da diplomacia americana para com os soviéticos e chineses. O mesmo, enquanto esteve em seu mandato procurou certa cooperação se possível com os dois lados do bloco sino-soviético, pois acreditava que inovações aconteceriam e a competição pacífica traria benefícios e a evolução para ambas as partes.

"Nixon acreditava que negociações, e um longo período de competição pacífica, acelerariam a mudança do sistema soviético e fortaleceriam as democracias" (KISSINGER, 2012, p. 663). Deixando um pouco de lado raízes estruturais da política de contenção, essa agenda de exploração da cooperação, baseada em interesses congruentes, trouxe uma aproximação da China para com os EUA, e levou Nixon a abrir suas fronteiras para Mao Tsé-Tung. Não obstante, mesmo próximo da China, a aproximação com Moscou não degingolou, e a "*détente*" (Nixon, 1969) nas relações Leste-Oeste se perpetuou sendo a 'relação triangular'.

Se não fosse o escândalo político de Watergate em 1972 (que fizera com que Nixon renunciasse em 1974), ele poderia ter instituído grandes transformações na política externa americana; porém, após os escândalos, a capacidade e autoridade de Nixon se esvaeceu, sem remédio para tal problema, o final era amargo. "Watergate destituiu Nixon da autoridade moral essencial para a tarefa educativa que sua política demandava" (KISSINGER, 2012, p. 691).

Contudo, a relação triangular entre Estados Unidos, a URSS, e a China proporcionou uma diretriz para inúmeras evoluções que se sucederiam (KISSINGER, 2012); como o fim da Guerra do Vietnã, a redução drástica na influência soviética no Oriente Médio (com o início do

processo de paz árabe- israelense, a Conferência Europeia de Segurança, e o acordo que assegurou o acesso à dívida de Berlim (KISSINGER, 2012).

Todos esses foram avanços proporcionados pela relação triangular, e contribuindo também para outros; algo que parecia fugir ainda mais do ideal da política de contenção conhecido até então. "A ligação funcionou a todo vapor" (KISSINGER, 2012, P. 683).

E era essa a ideia de Nixon, buscar reduzir as tensões da Guerra Fria por meio de negociações diplomáticas, medidas de cooperação econômica, e controle de armas; diminuindo assim a ameaça nuclear entre as superpotências. E foi criticada pelo mesmo motivo, pois o argumento era de que a cooperação em áreas de interesse mútuo não seria forte a satisfazer a política de contenção e expansão do comunismo. Embora tenha conseguido estabelecer uma relação mais estável entre EUA e URSS, diminuindo tensões.

"O conceito do governo de Nixon, de relações internacionais, era muito mais realista que o herdado e, a longo prazo, representou uma adaptação necessária da política externa americana" (KISSINGER, 2012, p. 710).

O que poucos imaginavam, é que dali em diante o império soviético começaria a desintegrar; "em uma década os satélites da Europa Oriental sumiram e o império soviético esboroou-se, devolvendo quase todas as aquisições russas feitas desde a época de Pedro, o Grande" (KISSINGER, 2012, p. 714). Um dos esteios da falência soviética acabou sendo aquilo que a política de contenção mais tentava evitar, a expansão.

5. CONTROVÉRSIAS DA POLÍTICA DE CONTENÇÃO

A política de contenção conseguiu o que se propôs, acabar com a União Soviética. No entanto, existem outras perspectivas que argumentam que a política de contenção pode ter sido excessivamente militarizada, trazendo consigo tensões entre as superpotências e causando inúmeros conflitos indiretos pelo mundo. O envolvimento militar direto dos EUA em diferentes partes do mundo, e apoio a regimes autoritários e antidemocráticos, só corroboram com tal argumento.

O componente mais importante de qualquer política de contenção a longo prazo seria, portanto, um programa maciço de ajuda econômica dos Estados Unidos, para permitir a reconstrução de indústrias, fazendas e cidades destruídas na Europa e Japão, pois isso não só reduziria a tentação das doutrinas comunistas de luta de classes e

revolução, como também ajudaria a reajustar o equilíbrio de forças a favor dos americanos (KENNEDY, 1989, p. 359)

Historiadores como Paul Kennedy indicam que esse envolvimento militar dos EUA acabou resultando em um alto custo financeiro para o país, e conseqüentemente diminuiu seu poder econômico relativo. Kennedy acredita que, ao se concentrar em questões geopolíticas e militares, os Estados Unidos acabou ignorando o seu desenvolvimento doméstico e, por fim, enfraqueceram seu status de potência global. (KENNEDY, 1989). O desequilíbrio entre recursos econômicos e militares seria uma das principais prerrogativas que precedem ao declínio das grandes potências.

De acordo com tal análise, e em forma de analogia podemos dizer que: os Estados Unidos e a União Soviética beberam do mesmo 'veneno' (desequilíbrio entre recursos econômicos e militares), porém somente a URSS teria bebido o suficiente para consumir sua queda. A verdade há de se dizer, os soviéticos já 'entraram' na Guerra Fria em uma posição de inferioridade em relação ao poderio econômico e militar se comparado com os EUA. A Segunda Guerra Mundial acabou sendo muito mais prejudicial aos soviéticos do que aos americanos, visto que a URSS "saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos" (HOBSBAWM, 1999, p. 230). A União soviética não foi capaz de sustentar a corrida armamentista com os EUA.

Contudo, numa análise crítica e balanceada Kennedy também reconhece que os EUA obtiveram sucesso em várias áreas, como o desenvolvimento industrial e tecnológico. Sendo que a capacidade de se adaptar às mudanças foi um dos discernimentos que trouxeram o sucesso relativo para o país (KENNEDY, 1989).

Historiadores marxistas, como Hobsbawm, tendem a explorar de maneira diferente tais políticas, uma análise que fica voltada em termos das motivações econômicas e interesses de classe da potência capitalista. Podemos evidenciar tais pensamentos na seguinte passagem: "os dois complexos industrial-militares eram estimulados por clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro suas armas nucleares" (HOBSBAWM, 1999, p. 233).

Hobsbawm nos faz acreditar que, quaisquer que fossem as políticas americanas estas seriam criadas para garantir a sua posição dominante no sistema capitalista global. E que toda a publicidade governamental, que supunha um possível holocausto nuclear, era mera fachada para os EUA garantir seu domínio econômico e político. A retórica apocalíptica seria então um

teatro implausível em que nenhum dos dois lados (EUA e URSS) acreditavam realmente. Não existia um perigo iminente de guerra mundial, e "ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela" (HOBSBAWM, 1999, p. 225).

Ambos usaram a ameaça nuclear, quase que com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: os EUA para acelerar as negociações de paz na Coreia e no Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956. Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato querer apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro tampouco queria a guerra (HOBSBAWM, 1999, p. 227).

Indiretamente, levando em conta as intervenções militares e o apoio a regimes autoritários (que resultaram em vezes em golpes de Estado), podemos concluir (com base em Hobsbawm) que a política de contenção americana seria então uma imposição dos interesses imperialistas. Também, no que se refere ao Plano Marshall "não precisa ser gênio para perceber que a razão de ser do plano era convencer os europeus de todos os países que a empresa privada era mais capaz de lhes proporcionar prosperidade do que o comunismo" (KENNEDY, 1989, p. 360).

Em primeiro lugar, A Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado (HOBSBAWM, 1999, p. 227).

Interesses esses que dispuseram da política de contenção como sua principal estratégia, e que tanto para Hobsbawm como para Paul Kennedy, portavam o desequilíbrio entre recursos econômicos e militares que causaram enorme declínio financeiro aos EUA. "Quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia econômica americana que mesmo a hegemonia militar não mais podia ser financiada com os recursos do próprio país" (HOBSBAWM, 1999, p. 239).

Hobsbawm não deixa diretamente seu parecer sobre a política de contenção, todavia deixa claro sua posição perante a política externa americana, dando o seu entendimento no que se refere aos verdadeiros interesses do sistema internacional. Sobre a Guerra do Vietnã (1955-1975) e, mais especificamente sobre a Guerra do Yom Kippur (1973-1973), Hobsbawm deixa duras críticas ao governo americano e à Kissinger:

Na verdade, o secretário de Estado americano, Henry Kissinger (cujo presidente, Richard Nixon, se achava empenhado inutilmente em defender-se de seu *impeachment*), decretou o primeiro alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos, uma ação típica, em sua brutal insinceridade, desse hábil e cínico operador. Isso não abalou os aliados dos EUA, muito mais preocupados com o fornecimento do petróleo do Oriente Médio do que em apoiar uma manobra local americana que Washington dizia, sem convencer, ser essencial para a luta global contra o comunismo (HOBSBAWM, 1999, p. 242).

É importante observar que diferentes autores podem ter interpretações e perspectivas variadas sobre a política de contenção, já que devemos considerar as diferentes abordagens metodológicas e teóricas que cada um adota. Uma coisa é certa, Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha, França, China, "tão capaz era cada uma das superpotências de destruir a outra (e demais países também) — uma situação que recebeu logo o nome de MAD (louca), ou Mutually Assured Destruction (Destruição Mutuamente Assegurada)" (KENNEDY, 1989, p. 378). A própria instalação de um telefone vermelho (após a crise dos mísseis cubanos em 1962), que permitisse a comunicação entre os dois lados em caso de outro acontecimento crítico (KENNAN, 1989), nos mostra que havia, minimamente, uma preocupação real.

Sendo assim, se levarmos em conta um real perigo de holocausto nuclear e a ameaça comunista aos EUA, a política de contenção foi extremamente válida; pois minou os momentos de maior poderio e probabilidade para expansão do Kremlin até que o mesmo se tornasse mínimo (à ponto de falir o próprio sistema soviético). Em outras palavras, a política externa americana conteve a expansão soviética o bastante, até que a URSS não tinha mais recursos para a exata expansão, e novamente a decisão do Kremlin de continuar expandindo (e manter suas bases) foi uma das grandes causas para o sistema ruir.

"O império soviético faliu, em parte, porque sua própria história continha a tentação irresistível à superextensão" (KISSINGER, 2012, p. 714). Os recursos, por fim, tinham se esgotado.

Porém, mesmo que o holocausto nuclear fosse um exagero, o cenário estratégico continua fazendo sentido na análise feita por Kennan (na qual EUA e URSS não poderiam coexistir pacificamente, e que um destes teria de ruir devido a diferença de natureza destes). Se essa convicção foi precipitada (ou apenas uma narrativa), o elo estaria quebrado e entenderíamos sim que os EUA poderiam dispor de outras vertentes estratégicas, sendo notável que "a Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais" (HOBSBAWM, 1999, p.

247); isso sendo consenso entre todos esses escritores, já que "os russos tinham, sem dúvida, sofrido mais do que qualquer outro país com as agressões alemãs na primeira metade do século XX" (KENNEDY, 1989, p. 356)

O defeito fatal desse imperialismo inflado foi os líderes soviéticos perderem o senso de proporção, superestimando a capacidade de o sistema soviético consolidar aquisições, militar e economicamente, e esqueceram que estavam desafiando literalmente todas as outras grandes nações, a partir de uma base muito fraca (KISSINGER, 2012, p. 714).

No fim pareceu ter sido uma 'prova de resistência', e a política de contenção (em vezes adaptada) supriu naquilo que se propôs suprir, mesmo que, na mesma medida tenha prejudicado economicamente os EUA, que resistiu "graças a uma combinação de sorte histórica e política" (HOBSBAWM, 1999, p. 247). Porquanto viu as economias de seus dependentes crescerem até que superassem a sua própria, por outro lado os aliados dos soviéticos nunca conseguiram desprender-se da URSS, continuando a ser um dreno econômico de milhões de dólares anuais aos cofres soviéticos (HOBSBAWM, 1999).

Em um sentido irônico Karl Marx estava certo. Vemos hoje uma grande crise revolucionária, uma crise onde demandas de ordem econômica conflitam diretamente com as de ordem política. Mas não está acontecendo no Ocidente livre, não marxista, e sim no lar do marxismo-lenismo, a União Soviética [...] Supercentralizada, com nenhum ou muitos poucos incentivos, ano após ano a União Soviética despeja seus melhores recursos na confecção de meios de destruição. O constante encolhimento econômico, combinado com o crescimento da produção militar, está depositando uma carga excessiva sobre o povo soviético. Assistimos o caso de uma estrutura política que não corresponde mais à sua base econômica, de uma sociedade onde as forças produtivas são tolhidas pelas forças políticas (REAGAN, 1982, p. 744)

6. PANORAMA GERAL E O FIM DA GUERRA FRIA

Muito embora a política de contenção tenha sido uma constante (e em vezes adaptada), cada governo americano (na figura de seu presidente) teve sua maneira e perspectiva no que diz respeito a abordagem de sua política externa. O governo de Harry S. Truman (1945-1953), que assumiu após a morte de Franklin D. Roosevelt, teve como principal marco a desconfiança em relação à União Soviética, que fez surgir a Doutrina Truman e a então doutrina de contenção. No seu âmago a intenção era conter o avanço soviético, o Plano Marshall (que visava a reconstrução dos países lesados pela Segunda Guerra Mundial) seria um dos instrumentos usados para minar os riscos destes mesmos países se tornarem comunistas. O governo de

Dwight D. Eisenhower (1953-1961) trouxe consigo a priorização da dissuasão nuclear como uma forma de conter a União Soviética, acreditando também que o investimento no poderio americano era de extrema importância pois compeliria aos soviéticos um receio e desencorajamento de qualquer ataque que estes cogitassem aos EUA. Sua política foi de que se houvessem investidas/agressões, por parte dos soviéticos, estas seriam respondidas com uma massiva retaliação.

Já no governo de John F. Kennedy (1961-1963) a "Flexible Response" (TAYLOR, 1974) é criada, em oposição a estratégia de retaliação maciça criada por Eisenhower, se propondo a ter uma abordagem mais flexível com a URSS, que combinasse diplomacia e força militar numa proporcionalidade cabível a cada uma que fossem as crises internacionais. Kennedy promoveu e articulou a corrida espacial dos anos seguintes, também passou pelo momento mais tenso/crítico da Guerra Fria, que foi a Crise dos Mísseis (1962) quando a URSS (em resposta a mísseis instalados na Turquia e Itália pelos EUA) instalou mísseis balísticos nucleares em solo cubano, próximo ao território americano. A tensão foi tão grande que, diante do impasse a Organização das Nações Unidas solicitou o seu Conselho de Segurança, que por fim (direta ou indiretamente) resultou na retirada dos mísseis de Cuba e, mais tarde, na retirada dos mísseis.

O governo de Lyndon B. Johnson (1963-1969), após o assassinato de Kennedy, ficou marcado pelo início da Guerra do Vietnã numa manifestação da política de contenção no sudeste asiático. A presunção da própria moralidade americana foi uma das justificativas para a abordagem militarista que ficaria de acordo, também, para com um dos eixos na estrutura da política de contenção (que visa uma impossibilidade de coexistência pacífica entre EUA e URSS).

Este eixo estrutural esse que seria deixado de lado por Nixon (1969-1974), que adotou uma abordagem mais pragmática e realista, reconhecendo uma necessidade pelo equilíbrio de poder. Nixon com sua *realpolitik* (política ou diplomacia baseada em considerações práticas) promoveu a distensão numa coexistência pacífica entre EUA e URSS, e pela relação triangular (que visava cooperação em áreas de interesse mútuo) buscou melhorar as relações com os soviéticos e com a China.

Arranjos estes que Jimmy Carter (1977-1981) manteria, dando ênfase significativa nos direitos humanos Carter condenou violações tanto em países comunistas como em aliados dos EUA. Procurou promover os valores democráticos, negociando o Tratado de Não Proliferação Nuclear e assinando o SALT II (embora não ratificado pelo Congresso dos EUA), que buscavam a redução das armas nucleares, controlando e limitando a sua disseminação. Carter,

em protesto à invasão soviética do Afeganistão, suspendeu também a participação dos EUA nos jogos Olímpicos de Moscou (1980).

Nesses termos, para compreendermos melhor o fim da Guerra Fria, olharemos o exercício e consequência da política externa americana na razão de alguns de seus personagens representativos de campo; como Ronald Reagan, Margaret Thatcher, e Lech Wałęsa.

Em 1976, mesmo antes do fim da *détente*, os soviéticos optam por instalar mísseis na Letônia; mísseis esses de médio alcance que poderiam atingir qualquer uma das grandes capitais da Europa ocidental. Após isso, gera-se uma deterioração na distensão entre EUA e URSS nos anos que se seguiriam, e um incômodo no partido republicano americano. Dessa forma, em conjunto com Margaret Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido; Ronald Reagan é eleito no ano de 1981, requisitado para fazer o que seu antecessor (Jimmy Carter) não quis fazer, trazendo de volta toda a hostilidade e confronto para com a URSS.

Reagan pisa novamente no acelerador da corrida armamentista (dedicando 30 % do PIB americano para mesma), instalando mísseis na França e na Itália, em resposta aos mísseis soviéticos instalados no ano de 1976; e apoia patrocinando definitivamente os Mujahidins (rebeldes formados por líderes islâmicos), que estavam em guerra contra os soviéticos no Afeganistão.

A política de Ronald Reagan, eleito para a presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989) (HOBBSAWM, 1999, p. 244).

Nesse contexto, além do desgaste econômico por parte da URSS, o socialismo estava politicamente desgastado na Polônia, representado pela criação de um sindicato chamado “Solidarność” por Lech Wałęsa.

Um deles foi Lech Walesa, o jovem eletricitista polonês que, num dia de agosto de 1980, se postou diante do portão trancado do estaleiro Lênin, Gdansk — tendo ao lado um retrato do Papa — para anunciar a criação do *Solidamosc* (Solidariedade), o primeiro sindicato independente da história em um país marxista-lenista.” (GADDIS, 2006, p. 188).

Nos indicando que, não somente a expansão soviética era imprudente (no que diz aos recursos), como também as bases já estavam comprometidas. A URSS deveria recuar, mas não foi feito. Os soviéticos pressionaram o governo polonês que criou uma lei marcial no ano de

1981, a qual prendeu as lideranças desse sindicato e usou as forças armadas para reprimir e acabar com as greves e controlar o poder político.

“Mas a União Soviética precisava de alívio imediato, não só das tensões, mas das pressões econômicas, especialmente da corrida armamentista. Não havia a menor esperança de obtê-lo por meio dos procedimentos trabalhosos de calcular níveis de força de comum acordo, comparar sistemas incomensuráveis, negociar procedimentos de verificação indefiníveis e, então, passar vários anos a implementá-los. Desse modo, as negociações do controle de armas estavam se transformando num mecanismo para aplicar pressão sobre o enfraquecido sistema soviético — ainda mais eficazes por não terem sido imaginadas com esse fim.” (KISSINGER, 2012, p. 741).

Os EUA já nem imprimiam mais tanta força em sua política externa; só assistiam revoluções que eram feitas na Hungria, Bulgária e Polônia. Que acabariam por inspirar e encorajar a população da Alemanha Oriental, que foram às ruas manifestar pedindo vistos de passagem para a Alemanha Ocidental. Tudo isso culminou na queda do Muro de Berlim (em novembro do ano de 1989), marco simbólico do fim da Guerra Fria.

Em 1991 (após novas revoluções em países socialistas do leste-europeu) caía o império soviético, extremamente desgastado, economicamente e politicamente (exatamente como Kennan havia previsto em 1947).

Não somente, Kennan havia previsto o final da Guerra Fria de uma maneira quase que profética

descer a essas massas inexperientes e politicamente imaturas, buscando apoio. Se isso um dia ocorrer, estranhas consequências resultarão para o partido comunista, pois a participação dos filiados só se exerce com disciplina e obediência férreas, não pela arte do meio-termo e acomodação [...] Assim, se algo vier a acontecer que rompa a unidade e a eficiência do partido como instrumento político, a Rússia soviética pode mudar da noite para o dia, de uma das mais fortes para uma das mais fracas e deploráveis sociedades nacionais (KENNAN, 1947, apud GADDIS, 1972, p. 280)

Os soviéticos não eram capazes de adotar a 'acomodação' e o 'meio-termo'. Sendo que, o sindicato “Solidarność” pode ser esse 'algo' que romperia a eficiência do partido (que Kennan cita). Pois (além dos problemas que a União Soviética já passava), foi daí em diante que as coisas pioraram de vez (e rapidamente), e o partido (como instrumento político) ficou em um descrédito imensurável.

7. INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: MÉTODOS DE ANÁLISE

Portanto, vimos o desenrolar da política de contenção; porém (numa visão mais pragmática), quais são as raízes dessas escolhas? Em quais estão fundamentadas tal estrutura de ação? Venho com essas perguntas pois conseguimos ver que são inúmeras as controvérsias e interpretações sobre tal política. Acredito que alguns conceitos nos ajudem a entender os motivos que levaram os EUA escolher tal política, mesmo que tenha sido uma 'faca de dois gumes' como vimos até agora. Tal análise pode parecer forçada para alguns acadêmicos, mas na minha opinião é tão importante quanto as outras, pois nos coloca não mais como observadores, mas no lugar/local de determinado ator.

Para entender as raízes dessas escolhas nos deparamos com Nye, e com seus ilustres conceitos. Estes que se propõem a compreender a política internacional e suas relações de poder num mundo cada vez mais articulado, onde os poderes coercitivos (Hard Power) podem ficar, por ora, em segundo plano (Soft Power). Sendo que, a utilização desses tais poderes é empregada dentro da teoria do Tabuleiro de Xadrez Tridimensional (NYE, 2002).

Contextualizemos tal época da Guerra Fria, e voltemos ainda mais no passado. Até a Segunda Guerra Mundial “a força de um Estado podia ser medida pela sua capacidade de proteger a própria população contra um ataque” (KISSINGER, 1969, p.61). No entanto, a era nuclear veio para destruir tal afirmativa, já que agora tal pensamento não necessariamente se faz oportuno. A busca agora era por inferências/gestos de poder com fins em negociação e política interna (HOBSBAWM, 1999) se não pela completa e totalmente, fuga do holocausto nuclear e da devastação mútua, e não mais pelo enfrentamento (como antes), como pela maneira de se empreender um conflito havia mudado/evoluído, ganhando assim, novos reverses.

“Nestas condições, o problema mais relevante é o de disciplinar o poder para que o mesmo aguente um relacionamento racional com os objetivos em possibilidade de disputas” (KISSINGER, 1969, p. 61). A paz agora era mantida

à custa de ameaças de destruição mútua por meio de armas que não passaram por experiências operacionais. A intimação (...) aquilo em que o agressor em potencial acredita vem a ser, para ele mais decisivo do que o que constitui a verdade objetiva. Assim a intimidação funciona, acima de tudo, no mundo mental dos homens (KISSINGER, 1969, p. 17).

Isto posto, voltemos a política externa estadunidense, e compreenderemos melhor a escolha pela política de contenção, dado que os EUA procuravam se manter imponentes diante

de supostas ameaças para com sua hegemonia (sendo narrativa do sistema capitalista ou não). Mas sem serem inconsequentes (de uma forma que viessem a ir destruir os outros 'players'), se tornando assim um escopo contra o sistema internacional. Os conceitos de Hard Power e Soft Power explicam bem isso e justificam tais ações, de certa forma, comedidas.

O debate sobre as tendências soviéticas entre a “linha-dura” e a “linha-branda” ilustra perfeitamente este problema. Os dois lados estão inclinados a concordar que a política americana tem por objetivo incentivar uma evolução mais benigna da sociedade soviética – a finalidade original da contenção, foi, a final, fazer surgir a transformação interna da URSS (KISSINGER, 1969, p. 87).

A política de contenção parecia ser a mais apropriada para tal objetivo, pois governo norte-americano seria imponente, contendo a escalada soviética, porém não seria inconsequente atacando-os. Poderia ser esse o paradoxo do poder americano (NYE, 2002), que justifica o porquê de os EUA terem uma diplomacia passiva no auge de seu poder (KISSINGER, 2012), seriam essas sobretudo, relações interdependentes.

“Todos são unânimes em achar que uma acomodação pressupõe alteração no sistema soviético. Ambos os grupos deduzem que a natureza de uma possível acomodação é perfeitamente óbvia” (KISSINGER, 1969, p. 87). Baseando-me justamente nessa frase, do próprio Kissinger (correndo o risco de ser significativamente literal), digo que “passiva” não é exatamente o melhor verbete, eu não o usaria; visto que, até a própria prática de “Hard Power não é exclusivamente agressiva, ela pode ser, por vezes, vista como uma forma de defesa, para que se evitem ataques, para que se formem alianças ou outros tipos de diplomacias belicamente estratégicas” (NYE, 2004, p. 31). Dissuasão, intimidação e indução, em muitos ângulos, e na opinião de muitos, advêm bastante de passividade.

"A relutância em utilizar; ou ameaçar utilizar, armas nucleares, no período do monopólio atômico dos Estados Unidos, foi racionalizada de forma tipicamente americana: a vitória por esses meios seria temporária, portanto inadequada" (KISSINGER, 2012, p. 420).

Com o entendimento dos conceitos do Tabuleiro, fruto de narrativas ou não, conseguiremos analisar o comportamento norte-americano no contexto da Guerra Fria, e entender que essa sua política de contenção pode ter sido estruturada baseando-se nas suas três camadas (1º: poder militar; 2º: poder econômico; e 3º: múltiplas relações internacionais). Nessa análise, os EUA estariam se propondo a ser esse grande jogador tridimensional. A sua agenda política americana na Guerra Fria pode ser compreendida, em termos metodológicos, por essa perspectiva. Perspectiva que volta a indicar tal pragmatismo americano.

8. CONCLUSÃO

Em síntese, com a ferramenta de pesquisa determinada e o rastreamento por fontes, conseguimos concluir que a política de contenção americana foi bem-sucedida. Todavia, acabou acarretando num gasto excessivo que prejudicou e trouxe inúmeros reveses econômicos, tanto para URSS quanto aos EUA. Enquanto os Estados Unidos tiveram que aceitar que "sua mensagem universalista não seria aceita automaticamente por outras sociedades e culturas" (KENNEDY, 1989, p. 377), a União Soviética comprou uma 'briga por demonstração de poder' que não poderia vencer.

As duas superpotências estenderam e distorceram demais suas economias com uma corrida armamentista maciça e muito dispendiosa, mas o sistema capitalista mundial podia absorver os 3 trilhões de dólares de dívida — essencialmente para gastos militares — a que chegaram, na década de 1980, os EUA até então o maior Estado credor do mundo. Não havia ninguém, interna ou externamente, para absorver a tensão equivalente dos gastos soviéticos (HOBSBAWM, 1999, p. 247).

O desequilíbrio entre o uso e angariamento de recursos econômicos e militares, acabou sendo um veneno fatal aos soviéticos, e extremamente prejudicial para a economia americana. Seguindo a lógica da impossibilidade de coexistência, a ameaça real do holocausto nuclear, e seu dilema de dissuasão, a política de contenção americana foi uma opção plausível. A contextualização da época valida tal política, visto que havia uma busca por inferências/gestos de poder com fins em negociação e política interna (HOBSBAWM, 1999), sendo que as raízes do próprio sistema americano parecem nos dizer que, este não aceitaria outros caminhos. O orgulho americano com suas raízes, como levantado por Pecequillo, Nye, e até mesmo por Hobsbawm, nos faz acreditar que, sendo tudo uma narrativa imperialista ou não, um embate com a URSS (em termos que não fossem o da violência da guerra) era intrínseco a atitude de escolha do governo dos EUA; seja naquele momento ou antes.

No que se propôs, a política cooperou muito com o êxito que os EUA obtiveram na sua finalidade principal (queda da URSS em 8 de novembro de 1991), e por incrível que pareça, os dois lados foram prepotentes, pois possivelmente existiam sim outras escolhas estratégicas melhores. Ambas as potências queriam se provar uma melhor do que a outra, em todos os aspectos. Tanto o comunismo, quanto o capitalismo queriam a todo custo demonstrar sua prosperidade e poder, mas (ocupados com tudo isso) se esqueceram que a base era mais importante do que o tamanho. Numa outra analogia, a raiz de uma árvore é mais importante do que a cor das flores, pois sem a raiz as flores murcham e suas cores se esvaem.

Concluo que a política de contenção, só foi um sucesso, pois a URSS comprou-a tentando superá-la de uma forma que mostrassem que eram mais prósperos, e com um modelo de sociedade melhor. Porém, se esqueceram que estavam enormemente prejudicados economicamente devido a Segunda Guerra Mundial, e não conseguiriam sustentar uma corrida armamentista com os EUA.

Os EUA, com mais recursos se adaptaram conforme as ocasiões (sem perderem suas diretrizes iniciais), e "de maneira perspicaz permaneceu coerente, ao longo de mudanças de governo e de um leque incrivelmente variado de personalidades" (KISSINGER, 2012, p. 753); não deixando que o império comunista fizesse povos e governos pelo mundo. O excepcionalismo americano, em vezes controverso, transmitiu os alicerces da política de contensão (que teve de se modificar conforme o passar do tempo). Na visão estadunidense, a moralidade, a crença de bem contra o mal, a fé americana na universalidade de seus valores; foi o que guiou a política externa americana durante a Guerra Fria. Visto que o outro (URSS) seria corrompido desde seu âmago, portanto as metas e filosofias dos Estados Unidos e da União soviética seriam incompatíveis, irreconciliáveis. 'Ir à luta' precederia ao holocausto nuclear, então conter o avanço soviético parecia ser a única opção.

Realmente, a coexistência não foi a escolha de nenhum dos dois lados; porquanto suas outras decisões trouxeram amplos efeitos e repercussões que podem ser enxergadas, e se perpetuam até os dias atuais.

"Atormentados na busca tradicional da perfeição moral, os Estados Unidos sairiam, após mais de uma geração de luta, dilacerados por suas fadigas e controvérsias, embora tendo realizado, praticamente, tudo a que se propuseram" (KISSINGER, 2012. p. 429).

REFERÊNCIAS

- ARBEX JUNIOR, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1997.
- Audiências MacArthur**, 1951, p. 1718-19.
- CHURCHILL, Winston S. **Seus discursos completos, 1897-1963**. JAMES, R. R. (Ed.). 1943-1949. Nova Iorque/Londres: Chelsea House associada a R. R. Bowker, 1974. v. 7.
- Declaração do presidente Truman proferida em 27 de junho de 1950. **Em: TRUMAN, H. S. Anos de provação e esperança 1946-1952**. Memórias. Nova Iorque: Doubleday, v. 2. 1956. p. 338-39.
- Declaração do presidente Nixon**, Universidade de Kansas, 1969.
- GADDIS, Jonh L. **Guerra Fria**. São Paulo: Ed. Editora Nova Fronteira, 2006.
- GADDIS, Jonh L. **Os Estados Unidos e as origens da Guerra Fria, 1941-1947**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1972.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KISSINGER, Henry. **Política Externa Americana**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1969.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- KENNAN, George Frost. **A Rússia e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- KENNEDY, Paul. **A ascensão e a queda das grandes potências: 3. ed**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1989.
- LEFFLER, Melvin. **Segurança Nacional e Política Externa dos EUA. Em: Leffler e Painter. As Origens da Guerra Fria**. Routledge, 2005.
- NYE, Joseph S. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- NYE, Joseph S. **Poder Brando**. Nova Iorque, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- RADCHENKO, Sergey. **A Divisão Sino-Soviética Em: LEFFER e WESTAD**. História da Guerra Fria, Vol.1. Cambridge Press, 2010.
- SMITH, Geoffrey. **Guerra Quente, Guerra Fria, Nova Guerra. Em: A Revista de História Internacional**. Vol.25. Taylor & Francis Ltd., 2003.
- TAYLOR, Maxwell D. **The Uncertain Trumpet**. Universidade Estadual da Pensilvânia: Greenwood Press, 1974.
- VAISSE, Maurice. **As Relações Internacionais depois de 1945**. Martins Fontes, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista: 1. ed.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001